

SAÚDE BRB

GRUPO DE TRABALHO DISCUTE CUSTEIO

O futuro do plano de saúde que atende milhares de pessoas, incluindo funcionários, aposentados e dependentes do Banco de Brasília e empresas afiliadas, está em discussão. A Saúde BRB, que possui cerca de 9.500 participantes, enfrenta debates importantes sobre sua sustentabilidade financeira, nos quais o Sindicato dos Bancários de Brasília é um dos membros ativos, defendendo posicionamentos que visam manter o plano saudável.

Criado em 1986 e passando por diversas transformações – de gestão direta pelo BRB a uma administração especializada pela Regius e, posteriormente, consolidado como Saúde BRB –, o plano foi estruturado para atender empregados, aposentados e seus dependentes.

O atual modelo de financiamento do plano de saúde se baseia em três pilares: 1. contribuições dos empregados e aposentados, com percentuais diferenciados para titulares, dependentes diretos e agregados; 2. repasse suplementar da ANEABRB contribuindo de 25% a 30% das despesas assistenciais; e 3. patrocínio do banco de 5,5% da folha de pagamento, divididos entre 4% de despesas assistenciais e 1,5% de custeio administrativo. No cenário atual, análises indicam um déficit para 2025, evidenciando a necessidade urgente de ajustes no financiamento, para garantir a perenidade e sustentabilidade.



Um plano de saúde de auto-gestão, solidário e mutualista como o nosso representa uma conquista significativa para os trabalhadores. Este modelo não apenas promove a união e a cooperação entre os trabalhadores, mas também assegura que todos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade. A contribuição do banco, portanto, deve ser encarada não como um ato de boa vontade, mas como uma responsabilidade fundamental. Atualmente, a categoria bancária enfrenta altos índices de adoecimento devido ao ambiente de trabalho estressante e às crescentes exigências profissionais. Também, é justo afirmar que o plano de muito atende às necessidades da empresa, que realiza seus

exames periódicos e complementares junto à Saúde BRB. Nesse contexto, é justo e necessário que o banco assuma uma parcela significativa dos custos do Saúde BRB, garantindo a continuidade e a sustentabilidade do plano para todos os trabalhadores.

GRUPO DE TRABALHO

Vale ressaltar que um grupo de trabalho (GT) já vem debatendo essa questão há algum tempo. No entanto, apesar das cobranças do Sindicato, até o momento não houve nenhuma divulgação por parte da Saúde BRB ou do patrocinador master para os trabalhadores. “É necessário que haja o máximo de transparência no

processo em discussão, pois, até agora, a categoria não recebeu informações adequadas sobre o assunto”, destaca **Robson Neri**, diretor do Sindicato. “Não aceitaremos que nenhuma medida seja imposta aos trabalhadores pelo empregador ou por seus representantes”, completa o diretor.

O Sindicato iniciará as discussões com os delegados sindicais em uma reunião preliminar, na qual serão abordados todos os aspectos relacionados à sustentabilidade do Saúde BRB. Esse encontro será essencial para alinhar estratégias e garantir que os delegados estejam bem-informados e preparados para representar os interesses dos trabalhadores.

Na sequência, o Sindicato promoverá reuniões com a categoria, criando um espaço para que todos compreendam as mudanças que estão sendo discutidas e possam expressar suas preocupações e sugestões. “É fundamental que funcionários ativos e aposentados acompanhem as próximas publicações e comunicados do Sindicato, pois a participação de todos será crucial para a defesa de seus direitos e a manutenção desse importante benefício”, ressalta **Ivan Amarante**, diretor do Sindicato.

A união e a mobilização dos trabalhadores serão determinantes para assegurar que o Saúde BRB continue oferecendo uma cobertura de qualidade e atendendo às necessidades de seus beneficiários.

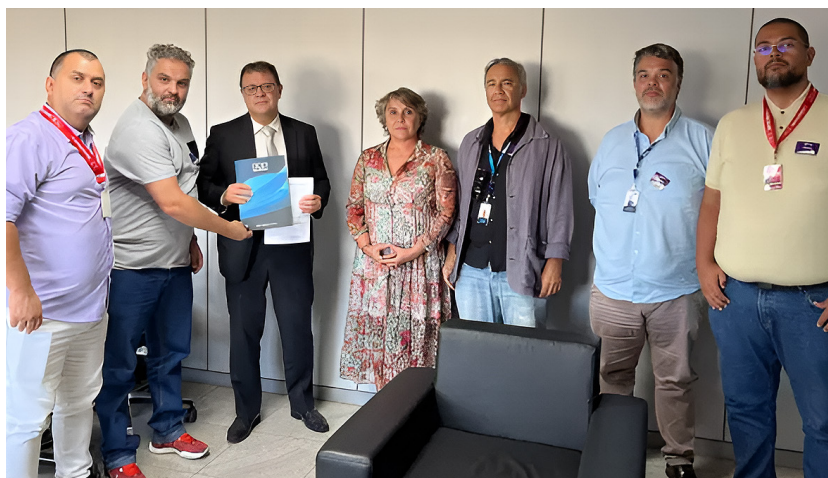
REUNIÃO NO TCDF

SINDICATO E DEPUTADA ERIKA KOKAY DENUNCIAM IRREGULARIDADES NO BRB

Diretores do Sindicato e da Fetec-CUT/CN, juntamente com a deputada federal **Erika Kokay** (PT-DF), reuniram-se no dia 17 de março com o procurador-geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC-DF), Demóstenes Tres Albuquerque. O encontro teve como foco as denúncias sobre a gestão do BRB e as supostas irregularidades que colocam em risco a integridade da instituição e os seus trabalhadores.

Durante a reunião, foi apresentada uma série de denúncias referentes à condução da gestão atual do BRB (confira ofício ao final da matéria), apontando:

- Favorecimento político e uso indevido da instituição: A deputada Erika Kokay e os representantes do Sindicato manifestaram preocupação com a possibilidade



de de o BRB ser utilizado para beneficiar grupos políticos e os poderosos da capital, em detrimento dos interesses dos trabalhadores e da população.

- Multas e perdas financeiras: Segundo as denúncias, a adminis-

tração do banco tem gerado prejuízos significativos, refletidos em multas aplicadas pelo Banco Central (veja abaixo). Essas penalidades, fruto de práticas irregulares na transmissão de informações e no cumprimento das

normas regulatórias, evidenciam uma gestão que falha em proteger os recursos públicos.

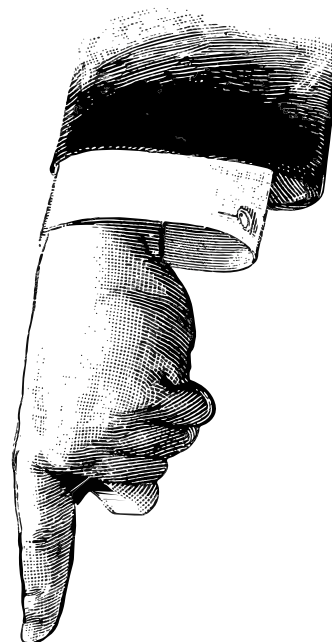
- Gestão irregular: A denúncia ainda aponta que a atual administração, que já enfrenta sanções – como a inabilitação do presidente Paulo Henrique Costa pelo Banco Central –, vem adotando práticas que podem comprometer a continuidade do BRB, prejudicando tanto o patrimônio público quanto a confiança dos trabalhadores na instituição.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC-DF), Demóstenes Tres Albuquerque, foi instado a analisar as denúncias com rigor e a promover as medidas necessárias para a responsabilização dos gestores envolvidos.

SINDICATO COBRA DO BRB TRANSPARÊNCIA SOBRE TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO COM O BANCO CENTRAL

O Sindicato enviou dia 21 de fevereiro uma série de ofícios ao BRB cobrando o detalhamento de informações a respeito do Termo de Compromisso (TC) firmado entre a instituição financeira e suas subsidiárias (BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BRB Crédito, Financiamento e Investimento S.A.) e o Banco Central no âmbito do Processo PE 265407. O compromisso, celebrado em 10 de fevereiro de 2025, teve como objeto a cessação e correção da prática de fornecer à autoridade monetária documentos, dados ou informações em desacordo com os prazos e condições estabelecidos por normas legais ou regulamentares.

Apesar de o Termo não configurar uma confissão de culpa, a



BRB

gravidade das irregularidades é inegável. O que chama a atenção, no entanto, é a responsabilidade direta dos administradores do banco nesse cenário. Os administradores, incluindo Cristiane Maria Lima Bukowitz, Kellen Kris Alves Flores Brito, Alfredo Luiz Venzel de Oliveira, Luana de Andrade Ribeiro, Alexsandra Camelo Braga e Dário Oswaldo Garcia Júnior, são citados nominalmente no Termo.

Eles são responsáveis por garantir que as informações enviadas ao BC estejam em conformidade com as normas. No entanto, falharam em cumprir essa obrigação básica, o que resultou num processo administrativo e na imposição de uma multa milionária, que totaliza R\$ 2.160.000,00, sendo distribuída da seguinte forma: Banco de Brasília

S.A.: R\$ 1.500.000,00; BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: R\$ 190.000,00; BRB Crédito, Financiamento e Investimento S.A.: R\$ 200.000,00.

No total, o Sindicato enviou ao BRB cinco documentos: ao presidente, Paulo Henrique Costa; ao presidente do Conselho de Administração, Marcelo Talarico; ao presidente do Comitê de Auditoria, Reinaldo Busch Carneiro; ao coordenador do Comitê de Riscos, Carlos Antonio de Vergara; e aos membros do Conselho Fiscal, Thiago Rogério Conde, João Antônio Fleury e Francisco Sotero Neto. O Sindicato também pede uma reunião com o presidente do Consad, do Coaud, com o coordenador do Coris e com o CoFis para tratar do assunto.

SINDICATO REALIZA ATO EM FRENTE AO BURITI EM DEFESA DO BRB E CONTRA O ASSÉDIO MORAL NO BANCO

A manhã do dia 24 de fevereiro foi marcada por um grande ato promovido pelo Sindicato em frente ao Palácio do Buriti, sede do GDF, em defesa do BRB e contra a prática de assédio moral na instituição.

Os dirigentes sindicais cobram do governador Ibaneis Rocha a saída de Paulo Henrique da presidência do BRB, especialmente após sua inabilitação pelo Banco Central para seguir à frente da instituição financeira.

“Se ele foi inabilitado, é porque houve práticas antiéticas e ilícitas, incompatíveis com as normas do Banco Central”, afirmou a secretária de Administração do Sindicato, Samantha Sousa.

Além disso, o Sindicato chamou a atenção para a assinatura de um Termo de Compromisso (TC) entre o BRB, suas subsidiárias e o Banco Central (veja mais na página 2). *“As incertezas desestabilizam os trabalhadores, geram ansiedade e insegurança. Os funcionários se perguntam como ficará a gestão do banco”,*



ponderou **Ronaldo Lustosa**.

O diretor do Sindicato **Cristiano Severo** endossa. *“Nosso ato foi em defesa não só do BRB como banco público, mas também em defesa de todas as estatais do DF. É necessário que o cuidado com as empresas públicas não seja conversa apenas de campanha, mas uma prática de valorização e fortalecimento dessas empresas e de seus empregados, para cumprir seu*

objetivo, que é o atendimento da sociedade”, frisou o dirigente sindical.

A deputada federal **Erika Kokay** (PT-DF) participou do ato, lembrando a luta do Sindicato na década de 1990, quando foi presidente da entidade, na defesa do BRB público. Erika também criticou a postura do GDF e de Paulo Henrique diante da inabilitação imposta pelo Banco Central ao presidente do banco.

DENÚNCIAS DE ASSÉDIO MORAL

Outro ponto central do protesto foram as denúncias de assédio moral que o Sindicato havia recebido dias antes. As acusações indicam práticas abusivas na Direção Geral do BRB, criando um ambiente de trabalho hostil e desrespeitoso, com impactos graves na saúde mental e emocional dos bancários e bancárias.

O Sindicato exige uma apuração rigorosa e transparente por parte da Corregedoria, garantindo que os casos sejam investigados e tratados com a devida seriedade. Além disso, reforça a necessidade de erradicar práticas abusivas no BRB, assegurando um ambiente de trabalho seguro e respeitoso para todos.

“Chamamos a atenção do Ministério Público do Trabalho para que acelere as investigações e tome as providências necessárias”, cobrou **Ronaldo Lustosa**.

DIRETORES DO SINDICATO ENTREGAM NOVA DENÚNCIA DE ASSÉDIO MORAL À CORREGEDORIA DO BRB

Os diretores do Sindicato Ronaldo Lustosa e Ivan Amarante, acompanhados da advogada Débora Pires, da assessoria jurídica, entregaram à Corregedoria do BRB no dia 20 de março mais uma denúncia de assédio moral recebida pelos canais da entidade.

Os representantes sindicais foram recebidos pela advogada Marina Coelho Carvalho e demais membros do setor. Durante o encontro, os dirigentes reforçaram a preocupação com a recorrência de casos de assédio no banco e solicitaram medidas de proteção aos funcionários. O objetivo é garantir tanto a preservação



dos trabalhadores quanto a condução adequada das apurações.

“O diálogo com os membros da Corregedoria foi muito produtivo. Agradeço à equipe na figura da Marina pelo respeito dado ao assunto, tão

pesado e que gera tanto sofrimento ao trabalhador”, ressaltou o diretor **Ronaldo Lustosa**, que completou: *“Aproveito o espaço para lembrar que aguardamos do Ministério Público do Trabalho (MPT) respostas das várias*

situações já relatadas anteriormente.”

“Continuaremos firmes para extirpar esse mal que agride e adoecce os trabalhadores do BRB”, reforçou o diretor **Ivan Amarante**.

Em fevereiro, o Sindicato já havia entregado à Corregedoria uma denúncia de assédio moral envolvendo a Direção Geral.

Para denunciar, fotografe o QR Code ou acesse bancariosdf.avaluesistemas.com.br/assedio



JUSTIÇA DO TRABALHO RECONHECE DIREITO DOS GERENTES DE EQUIPE DO BRB À JORNADA DE 6 HORAS E AO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS

O Sindicato obteve uma importante vitória na Justiça do Trabalho contra o BRB, garantindo que os gerentes de equipe sem subordinados diretos sejam reconhecidos como bancários comuns, com direito à jornada de 6 horas diárias e 30 horas semanais. A sentença, proferida pelo juiz Vilmar Rego Oliveira, da 1ª Vara do Trabalho de Brasília, determina ainda o pagamento das horas extras referentes às 7ª e 8ª hora trabalhadas, com reflexos salariais.

A ação civil coletiva, ajuizada pelo Sindicato, questionava o enqua-

dramento dos gerentes de equipe do BRB como funcionários sujeitos à jornada de 8 horas diárias, com base no argumento de que esses profissionais não exerciam funções de confiança ou chefia, uma vez que não possuíam subordinados diretos. O Sindicato alegou que a nomenclatura de “gerente” era usada de forma indevida para ampliar a jornada de trabalho sem a devida contrapartida salarial.

O juiz Vilmar Rego Oliveira acolheu os argumentos do Sindicato, reconhecendo que os gerentes de equipe sem subordinados devem

ser submetidos à jornada padrão dos bancários, de 6 horas diárias e 30 horas semanais, conforme previsto no artigo 224 da CLT. Além disso, a sentença determinou o pagamento das horas extras trabalhadas além da 6ª hora diária, com reflexos em férias, 13º salário, FGTS e contribuições previdenciárias.

A decisão também estabeleceu que os valores das horas extras devem ser calculados com base na evolução salarial dos empregados, incluindo todas as parcelas de natureza salarial, e que não pode haver

compensação com gratificações de função já pagas, conforme a Súmula 109 do TST.

“Essa vitória é um marco importante para a categoria bancária, pois garante o respeito à legislação trabalhista e protege os bancários contra abusos por parte do banco. A decisão reconhece que a simples denominação de ‘gerente’ não pode ser usada para justificar a extensão da jornada sem que haja efetivamente funções de confiança ou chefia”, afirmou **Fátima Marsaro**, diretora do Sindicato. Cabe recurso da decisão.

VITÓRIA: SINDICATO GARANTE NA JUSTIÇA DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NA PLR DOS BANCÁRIOS DA SURIC DO BRB

O Sindicato obteve mais uma importante vitória judicial em favor dos bancários da Superintendência de Risco de Crédito (Suric) do BRB. O juiz Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim, da 2ª Vara do Trabalho de Brasília, proferiu sentença, confirmando a liminar que já havia proibido os descontos na segunda e na última parcela da PLR de 2023.

Na decisão definitiva, publicada no último dia 22 de novembro, o magistrado reconheceu como abusiva e ilegal a conduta do BRB ao revisar unilateralmente metas previamente consideradas cumpridas e determinou a devolução dos valores descontados na primeira parcela da PLR, referentes ao mês de junho de 2024, única parcela efetivamente descontada.

A sentença também confirmou a proibição de novos descontos relacionados à PLR, sob pena de multa de R\$ 30.000,00. O juiz destacou que os valores pagos de boa-fé aos trabalhadores, especialmente por se tratar de verba de natureza alimentar, não podem ser devolvidos. Ressaltou ainda que o Acordo Coletivo de Trabalho da PLR não prevê a possibilidade de revisão posterior das metas ou a devolução de valores já pagos.

“Trata-se de mais uma ação vitoriosa do Sindicato, que comprova o seu compromisso de defender os direitos dos bancários e combater práticas abusivas que prejudicam a categoria”, comemora o diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**. Cabe recurso da decisão.

SINDICATO COBRA AVANÇOS NO TELETRABALHO

As negociações entre o Sindicato e o BRB continuam avançando, com a última mesa permanente ocorrida recentemente tendo como principal pauta o teletrabalho. Os funcionários reivindicam mudanças significativas no modelo atual, buscando maior flexibilidade e inclusão.

Entre as principais demandas apresentadas ao banco estão a revisão dos critérios de elegibilidade das áreas para participação no regime remoto, garantindo que mais trabalhadores possam aderir à modalidade. Além disso, o Sindicato defendeu a inclusão dos gestores no programa, assegurando que a liderança também possa usufruir dos benefícios do teletrabalho.

Outro ponto crucial da pauta foi a disponibilização de um modelo de teletrabalho full, permitindo que funcionários elegíveis possam desempenhar suas funções 100% de forma remota. Paralelamente, foi solicitada a expansão do modelo híbrido (atual), atendendo às necessidades dos bancários e à realidade do setor.

“Vários bancários nos procuram diariamente querendo o modelo full, e outros muitos também querem o modelo híbrido.

Com a criação do primeiro e expansão e ajustes do segundo, poderemos colocar o BRB como modelo a ser seguido no setor bancário. Temos maturidade para isso como trabalhadores, pois os setores já demonstraram que é possível, como foi durante a pandemia”, ressalta o diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**.

Uma das principais críticas da categoria diz respeito à obrigatoriedade do incremento de 20% sobre as metas dos empregados que aderem ao teletrabalho. O Sindicato reforçou que essa exigência penaliza os trabalhadores, e propôs sua exclusão imediata.

Além do teletrabalho, outros temas importantes foram discutidos na reunião. Entre eles, a necessidade de novas contratações para suprir a crescente demanda de serviços, garantindo melhores condições de trabalho e atendimento à população. Também foi debatida a situação dos gerentes de negócio, que enfrentam desafios operacionais, de carga de trabalho e remuneração, e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da Superintendência de Produção (SUPRO), que foi prejudicada nas metas internas e cuja distribuição justa é uma reivindicação importantíssima.

